

43ª SESSÃO PLENÁRIA DA CNTMP
Lisboa, 8 de fevereiro de 2012

ATA DA 43ª SESSÃO PLENÁRIA

1. O Presidente abriu a sessão, dando as boas vindas aos membros da CNTMP presentes e, em especial, aos novos elementos em representação da Autoridade Tributária e Aduaneira, da ASAE e da PSP. Referiu ainda a presença da Eng^a Margarida Roxo, atualmente colocada no IMTT, e o regresso do Eng. António Oliveira da DGAE (em virtude da aposentação do Eng. Nuno Abreu) e do colega João Cezília (agora em representação da empresa TUTORIAL, convidada a participar nesta sessão, a título consultivo, face à elaboração de propostas de alteração ao ADR/RID).
2. No decurso da sessão, a vogal do conselho diretivo do IMTT, Dr^a Ana Miranda, que esteve presente durante um período breve, saudou os presentes e elogiou os trabalhos da Comissão, salientando o facto de ser um órgão transversal que agrega de forma construtiva entidades públicas e privadas, o que a torna um exemplo de modelo de trabalho.
3. Tomaram parte nos trabalhos representantes dos 28 serviços da administração pública e organizações económicas e profissionais constantes da lista de presenças anexa. Justificaram a sua ausência a DGSaúde, a FECTTRANS, a LBP e a Região Autónoma dos Açores. Estiveram ausentes, sem justificação, o INIR e o ITG.
4. A ordem de trabalhos provisória foi adotada, com a supressão do ponto 6, para o qual não foi apresentado qualquer documento ou pedidos de intervenção. A ANPC informou que pretendia, no âmbito do ponto 8, fazer uma comunicação sobre algumas questões relacionadas com uma publicação para intervenção em situações de emergência, e a FIEQUIMETAL anunciou que, nesse mesmo ponto, faria a apresentação de algumas imagens relativas à situação da sinalização na CREL quanto às restrições de circulação nos túneis.
5. O IMTT formulou um novo texto para o parágrafo 16 da ata provisória da 42ª sessão plenária. Por lapso não tinha sido referida uma proposta de derrogação nacional apreciada nessa sessão. No parágrafo 23, a referência à CRIL será corrigida para CREL. A ata provisória da 42ª sessão plenária foi adotada por unanimidade, após terem sido introduzidas todas as correções atrás referidas. A versão final da ata será enviada a todos os membros da CNTMP, por correio eletrónico, em conjunto com a lista de presenças da presente sessão.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS DA CNTMP

6. A Comissão tomou conhecimento das prováveis alterações do elenco dos serviços públicos que são membros da CNTMP, que resultarão da implementação do PREMAC, constantes do documento CNTMP/2012/2.
7. O Presidente informou que o INAC foi convidado a participar já nas duas últimas sessões mas ainda não pôde estar presente. Referiu que o documento poderá conter algumas inexatidões, uma vez que tudo depende das competências concretas que vierem a ser atribuídas, designadamente à DGPM (em lugar do IPTM) e ao IST (em lugar do ITN). O INIR desaparece, sendo que as suas competências serão integradas no IMT (futura denominação do IMTT), tal como o IPTM, cujas competências serão divididas por dois Ministérios, sendo uma parte integrada no IMT.
8. Sublinhou ainda o facto de a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ter expressado o seu interesse em integrar a CNTMP, estando desde já representada na presente sessão.

EVOLUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAL

9. Foi informado que das três reuniões internacionais sobre o transporte de mercadorias perigosas,

que tiveram lugar entre outubro de 2011 e janeiro de 2012, o Conselho Diretivo do IMTT só aprovou a participação em uma delas, a do WP15. Assim, Portugal não participou no Subcomité TDG nem na reunião do Comité da Comissão Europeia, pelo que foram reproduzidos os respetivos relatórios, em francês e inglês, dessas duas reuniões (CNTMP/2012/3).

10. A Eng^a Margarida Roxo felicitou o Eng. José Alberto Franco por ter sido novamente eleito para a presidência do WP15, considerando que é uma honra para o IMTT e para Portugal.
11. A TUTORIAL chamou a atenção para o ponto 3 do relatório relativo à reunião do WP15, onde se refere que foi rejeitada a possibilidade de utilizar “contentores para granel flexíveis” no transporte rodoviário de mercadorias perigosas, acrescentando que o IMDG também não permite a utilização destes equipamentos. O Presidente esclareceu que os “flexitanks” apenas são utilizados no transporte de mercadorias perigosas por via marítima, ao abrigo de um acordo bilateral entre a Federação da Rússia e os Estados Unidos. Contudo, estes equipamentos não foram aceites no transporte rodoviário europeu, por razões que se prendem com a segurança técnica.
12. A ANTRAM expressou o interesse no acesso prévio às novas emendas do ADR que entram em vigor em 1.1.2013, tendo o Presidente informado que é possível aceder a essa informação, que está disponível no Anexo I do relatório da 91^a sessão do WP15, no website da UNECE, com o endereço eletrónico <http://www.unece.org/trans/main/dgdb/wp15/wp15age.html>
13. As DRE's acrescentaram que, previamente à realização das reuniões, todos os documentos estão disponíveis na página da UNECE, e que nessa fase há oportunidade para análise e apresentação propostas nacionais.

DERROGAÇÕES AO ADR E AO RID

14. Transitaram da sessão anterior os acordos M223, M227, M232, M233, M237, M238 e RID2/2011.
15. A APEQ apresentou o documento CNTMP/2012/4, expressando a opinião dos seus associados sobre o interesse na assinatura dos acordos M216, M237 e M243. Quanto ao M216, a APEQ não vê interesse na assinatura do mesmo, e o ISQ informou que os aparelhos respiratórios a que se refere o M216, que dum modo geral têm a marcação CE, em sua opinião deviam ter a marcação π , pois seria essa a marcação mais adequada, pelo que considera de não assinar. A BVR expressou a mesma opinião.
16. A APEQ e o ISQ pronunciaram-se favoravelmente sobre o M237, tendo chamado a atenção para o facto das garrafas aí referidas não serem recarregáveis. A APEQ, a APETRO e a CP consideraram não haver interesse na assinatura do M243 e no equivalente para a ferrovia RID9/2011
17. Por estas razões a Comissão **propôs a assinatura do acordo M237** e decidiu que **não devem ser assinados o M216 e o RID9/2011**.
18. O IMTT apresentou sucintamente os novos acordos M244, M245, M246, M247, M248, RID 10, 11, 12 e 13/2011 constantes do documento CNTMP/2012/5. O M245 e o equivalente RID11/2011, que visam antecipar as alterações do ADR e RID de 2013, serão analisados pelo ITN. O M246, que é um prolongamento dos M241 e M242, teve uma aprovação de princípio, com posições favoráveis do IMTT, da BVR e do ISQ. As DRE's ficaram de transmitir a sua posição final após consultas com a indústria. A ANAREC, a APETRO, o ISQ, a BVR e o ITG (embora este último não estivesse presente na sessão) foram convidados a analisar o M247. A APEQ fará uma consulta aos associados sobre o interesse do M248 e do equivalente RID13/2011. A CP foi convidada a analisar o RID10/2011. Nenhum dos presentes demonstrou interesse em analisar o M244.

QUESTÕES DIVERSAS

19. A TUTORIAL apresentou dois projetos de propostas de emenda ao ADR e ao RID, constantes do documento CNTMP/2012/6. A primeira proposta resulta um problema concreto de obrigatoriedade de dupla marcação das sobrebalagens, observado num transporte multimodal de mercadorias perigosas, incluindo um percurso terrestre e outro aéreo. Estas situações podem ser facilmente ultrapassadas através de uma pequena alteração no 1.1.4.2, no sentido de aceitar a sinalização (etiquetas e marcações) das sobrebalagens, quando estas não estejam em conformidade como

ADR/RID, mas estejam em conformidade com o Código IMDG e com as Instruções Técnicas da OACI. A Comissão expressou-se favoravelmente sobre esta proposta e sobre a sua apresentação a nível internacional.

20. A segunda proposta decorre da classificação dos hipocloritos em solução com menos de 5% de cloro ativo (lixívia doméstica), propondo que a isenção que consta do Quadro B do ADR (apenas na versão portuguesa), passe a constar numa disposição especial do Capítulo 3.3, abrangendo os números UN 1791 e UN 1908. O Presidente esclareceu que o Quadro B do ADR não tem força jurídica vinculativa. A APEQ considerou que a apresentação desta proposta, a nível internacional, terá de ser bem fundamentada do ponto de vista técnico. A Comissão entendeu que esta proposta carece de mais reflexão e estudo.
21. O IMTT apresentou o relatório das listas de controlo enviadas pelas autoridades de fiscalização durante o ano de 2011, salientando o aparente aumento de infração em matéria de ADR (cerca de 10%) face ao ano transato. A GNR salientou as dificuldades sentidas na fiscalização, especialmente em termos da adaptação com a entrada em vigor do novo ADR 2011.
22. A ANTRAM recordou a necessidade de aprovação do diploma que transpõe o ADR/RID de 2011, a fim de uniformizar as regras aplicáveis ao transporte nacional e internacional de mercadorias perigosas e simplificar o cumprimento da legislação. O Presidente informou que já foram feitas recodatórias à Secretária de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre tal urgência, não podendo adiantar quaisquer previsões para a publicação do mesmo.
23. A ANPC anunciou que publicou o “Manual de Intervenção em Emergências com Matérias Perigosas”, agradecendo a colaboração prestada pelo IMTT e pelo ITN na sua preparação. O manual, que foi distribuído, em suporte papel, a todo o dispositivo de socorro, tem por objetivo ajudar a identificar rapidamente os perigos específicos ou genéricos da matéria envolvida no incidente e a proteger a população em geral durante a fase inicial de resposta ao incidente. Esta publicação está igualmente disponível no site da ANPC em http://www.prociv.pt/Documents/MIEMP_web.pdf
24. A APEQ recordou que as ERICards (Emergency Response Intervention Cards), desenvolvidas pelo CEFIC, estão disponíveis na página <http://www.ericards.net/>. Atualmente estas fichas de emergência estão disponíveis em 19 línguas, não sendo nenhuma delas o português.
25. Na sequência da sessão anterior, a FIEQUIMETAL fez uma apresentação sobre a sinalização da classificação dos túneis, com recurso à projeção de um vídeo, no sentido de demonstrar a difícil visualização da referida sinalização, bem como a sua inadequada localização, uma vez que não permite a saída atempada dos veículos para itinerários alternativos. Referiu ainda que os túneis classificados na categoria A não carecem de sinalização e a palavra “CATEGORIA” não deve constar na sinalização.
26. A ANSR reafirmou o que já tinha dito na última reunião, ou seja, que a sinalização obedece às dimensões previstas na legislação. Informou ainda que, após a anterior sessão, deslocaram-se ao local para verificar a conformidade da sinalização com a legislação aplicável e a entidade gestora da via foi notificada das diligências efetuadas. A ANSR irá agora proceder às diligências necessárias para ser retirada a palavra “CATEGORIA”.
27. O Presidente confirmou que só deve ser colocada sinalização relativa às categorias B a E, e localizada antes da boca do túnel de modo a permitir o desvio do trânsito. Considerou ainda que as situações apresentadas não pretendem responsabilizar nenhum dos presentes, antes pelo contrário, ajudam a clarificar casos que carecem de correção por parte das entidades gestoras das vias.

PROGRAMAÇÃO DOS TRABALHOS FUTUROS

28. O Presidente apresentou o calendário das próximas reuniões nacionais e internacionais (CNTMP/2012/8), no qual a 44ª sessão plenária da CNTMP ficou, em princípio, marcada para o dia 6 de junho de 2012.

COMISSÃO NACIONAL DO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS

43ª SESSÃO PLENÁRIA, 8 de fevereiro de 2012

Lista de presenças

SIGLA	ENTIDADE	REPRESENTANTE
ACT	Autoridade para as Condições de Trabalho	Eng. João Mazumbe
ANAREC	Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis	Eng. José Pinto Reis Eng. João Santos
ANCOS	Associação Nacional de Conselheiros de Segurança	Eng. José António Silva
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil	Eng. Nuno Mondril
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Drª Margarida Janeiro
ANTRAM	Associação Nacional Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias	Drª Amélia Simplicio
AP3E	Associação Portuguesa de Estudos e Engenharia de Explosivos	Eng. Luís Cruz
APA	Agência Portuguesa do Ambiente	Engª Maria João Roque Eng. João Carvalho
APEQ	Associação Portuguesa das Empresas Químicas	Eng. José Barardo Ribeiro Eng. Helder Teófilo
APETRO	Associação Portuguesa das Empresas Petrolíferas	Eng. José Alberto Oliveira
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Engª Marina Dias
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira	Dr. António Morgado Drª Ana Isabel Pires
BVR	Bureau Veritas Rinave, ACE	Eng. Rui Costa
CNE	Centro Nacional de Embalagem	Eng. Pedro Caldeira
CP	Caminhos de Ferro Portugueses, EP	Manuel Nunes Baptista
DGAE	Direção-Geral das Actividades Económicas	Eng. António Vitor Oliveira
DR/MEI	Direções Regionais do Ministério da Economia e Inovação	Eng. Bernardino Gomes
FIEQUIMETAL	Fed. Intersindical Indústrias Metalúrg., Quím., Farm., Eléct., Energia e Minas	Dr. Helder Pires
FIOVDE	Federação das Indústrias de Óleos Vegetais, Derivados e Equiparados	Drª Maria Isabel Coelho
GNR	Guarda Nacional Republicana – Comando Geral	Ten. Cor. Luís Ferreira Branco
GROQUIFAR	Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos	Eng. Joaquim Gândara Marques
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP	Engª Margarida Roxo Eng. José Silva Carvalho Eng. Isaías do Rosário
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP	Eng. Paulo Parracho
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade	Eng. Mário Sapatinha
ITN	Instituto Tecnológico e Nuclear, IP	Eng. Luís Portugal
PSP	Polícia de Segurança Pública – Direcção Nacional	Comissário Virgílio Sá Comissário Rui Penha
SITRA	Sindicato Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Afins	Domingos Paulino
TUTORIAL	Tutorial - Conteúdos e Tecnologia, Lda	João Cezília
Presidente	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP	Eng. José Alberto Franco
Secretariado	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP	Engª Luisa Costa Drª Silvina Garcia